

Notícias do dia 14 de junho



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 7

PORTAL SERRA DOURADA NEWS - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Goiás: Governo apresenta balanço do quadrimestre na Alego.....3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Prestação de contas do Governo 5

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Atricon disponibiliza publicação sobre conselhos sociais de educação..... 7

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Cartilha orienta critérios para portais da transparência de órgãos públicos..... 9

365 NEWS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Governo de Goiás apresenta balanço do quadrimestre na Alego.....10

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Governo de Goiás apresenta balanço do quadrimestre na Assembleia Legislativa.....12

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Diretoria de Comunicação do TCE-GO abre processo seletivo para estágio.....14

MPGO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Promotora fala sobre ações do MPGO no combate aos crimes ambientais em relação aos recursos hídricos no Tribunal de Contas do Estado..... 15

Goiás: Governo apresenta balanço do quadrimestre na Alego

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da **Economia**, apresentou nesta quarta-feira (14/06), a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2023 do Estado, na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**. Os dados das metas e dos relatórios **fiscais** foram repassados pela secretária da **Economia**, Selene Peres Peres Nunes e já foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência. A audiência é uma exigência legal, sendo apresentada a cada quadrimestre aos deputados que integram a Comissão.

No período de janeiro a abril deste ano, o resultado orçamentário foi positivo, chegando a R\$ 1,528 bilhões. A secretária destacou que as perdas previstas do ICMS para o exercício de 2023 serão na ordem de R\$ 4,66 bilhões, devido à Lei Complementar nº 194/2022, que reduziu as alíquotas dos impostos dos combustíveis, energia elétrica e comunicação. Na audiência pública, foi explicado que, apesar da queda de receita imposta pela legislação federal, o Estado vai cumprir as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), como as dos Resultados Primário e Nominal.

Os investimentos da atual gestão estadual na Saúde (15,09%) e na Educação (25,22%) foram confirmados nos resultados apresentados, uma vez que a execução da despesa até o momento já permite prever que serão cumpridos os mínimos constitucionais nas duas áreas em 2023.

Dívida Pública

O Estado está dentro dos limites da Despesa Total de Pessoal (41,12% da RCL) e da Dívida Consolidada Líquida (30,18% da RCL). Destaca-se que o pagamento da dívida pública suspensa pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) se inicia em 2023 (11,11% de pagamento da dívida suspensa, conforme cronograma).

Contas de 2022

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** aprovou, sem ressalvas ou determinações, as contas do governador **Ronaldo Caiado** referentes ao ano de 2022, mantendo a trajetória de melhoria na avaliação das contas.

Tivemos um progresso significativo na avaliação das contas pelo **TCE**. Nos empenhamos para cumprir todas as recomendações. Conseguimos aprovação sem ressalvas desde 2019 e gradualmente reduzimos o número de determinações até zerar, avaliou Selene Peres.

O Superintendente Central de Contabilidade e Contador-Geral do Estado, Ricardo Rezende, destacou: A evolução da qualidade da informação contábil e fiscal do Estado de **Goiás**, atestada pelo **TCE** na aprovação da contas sem ressalvas e pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde **Goiás** é Nota A, demonstra que o Estado divulga informações seguras e fidedignas para a sociedade, seus gestores e controle externo.

Social

Foram apresentados ainda, os resultados positivos das políticas públicas voltadas para os mais vulneráveis, por meio do Fundo Protege. Está prevista a aplicação de mais de R\$ 2 bilhões para o exercício de 2023, representando um aumento de 706% em comparação com 2018.

Selene avaliou que o equilíbrio fiscal possibilitou o aumento dos gastos do atual governo com políticas sociais que beneficiam os mais pobres. Além da melhora nas condições econômicas e fiscais, o Estado tem se empenhado no atendimento de programas sociais, o que se refletiu nos indicadores. Os programas sociais de **Goiás** foram capazes de reduzir a extrema pobreza em 23%, afirmou.

PPA 2024-2027

A Secretária Selene Peres também enfatizou o trabalho de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e ressaltou a importância da participação social. Estamos elaborando o PPA 2024-2027, que atualmente está em consulta pública. A construção do Plano Plurianual está sendo realizada de forma colaborativa, envolvendo diversas secretarias e órgãos do Governo do Estado, além da sociedade civil, afirmou.

Com o intuito de realizar um trabalho colaborativo, todos podem contribuir com o formulário online,

disponível em consulta pública até 30 de junho de 2023 (acesse <https://ppa.go.gov.br/participe-do-ppa/>).

Site: <https://sdnews.com.br/noticia/7819/goias-governo-apresenta-balanco-do-quadrimestre-na-alego.html>

Prestação de contas do Governo

Em prestação de contas, na Comissão de Finanças, secretária da Economia, Selene Peres, chamou atenção para os números alcançados pela administração atual. Os resultados são relativos ao 1º quadrimestre de 2023.

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** realizou, na tarde desta quarta-feira, 14, uma audiência pública para a apresentação dos indicadores econômicos de **Goiás** ao longo do primeiro quadrimestre de 2023. Os números foram apresentados pela secretária de Economia do Estado, Selene Peres. Antes de revelar os indicadores, a técnica agradeceu a oportunidade de ampliar o diálogo com o Legislativo.

A titular começou pelo comportamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo ela, já é possível observar os impactos da Lei Complementar (LC) nº 194, de junho de 2022. "Houve uma queda expressiva no ICMS em todos os estados. Trata-se de uma legislação federal que foi aprovada e impactou a todos, inclusive **Goiás**. Com isso, voltamos, em 2023, aos patamares de 2021, como se tivéssemos perdido um ano inteiro de arrecadação nessa trajetória", disse.

De acordo com a técnica, os valores percentuais projetam uma perda de R\$ 4.9 bilhões para este ano. "O Estado, porém, não ficou inerte e procurou adotar medidas, inclusive em conjunto com outros estados, para compensar essa perda. Foram feitas reivindicações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que nos levou a um acordo com a União. Até agora, no entanto, tivemos apenas uma parte das perdas de 2022 compensadas", argumentou.

Outra medida adotada pelo Estado na intenção de minimizar os danos, foi a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura (Fundefra). "Fizemos um esforço muito grande para aprová-lo. Até então arrecadamos R\$ 510 milhões. Entretanto, se somarmos tudo isso, não chegaremos nem perto da perda verificada. É um cenário que impacta fortemente todos os resultados de 2023, começando pelo primeiro quadrimestre", disse.

Apesar das perdas, Selene chamou atenção para os resultados alcançados pela administração caidista. Dentre eles, um superávit orçamentário de R\$ 1.5 bilhões. Ela também enfatizou uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 37.8 bilhões, além do cumprimento, acima da média constitucional, dos

repasses para a Saúde e Educação goiana.

Quanto às despesas, a auxiliar destacou um montante de R\$ 15.5 bilhões com pessoal, o que, segundo ela, está dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "A apresentação demonstra que temos cumprido todos os limites apesar do cenário de dificuldade da receita", argumentou na sequência.

Ainda no que diz respeito às despesas, especialmente às relacionadas ao pessoal, a secretária explicou que as variações registradas possuem relação com o reajuste salarial e data-base dos servidores, aprovadas em 2022. Um outro detalhe destacado por ela passa pela expansão dos programas sociais do Governo.

"A dívida consolidada teve um aumento de 6.74% e isso é explicado porque estamos no RRF [Regime de Recuperação Fiscal] e entramos, agora, numa trajetória de 'escadinha'. Começamos a pagar um pedaço da dívida suspensa, mas a parte que não está sendo paga, por força do Regime, vai impactando. Se observa, então, uma disponibilidade de caixa de R\$ 13 milhões, o que nos permite suportar o estresse da dívida", pontuou.

Ela observou ainda que desde 2021 o Estado passa por uma queda da Dívida Consolidada Líquida (DCL). "A DCL decresceu. Sem contar que desde 2019 temos contas aprovadas sem ressalvas. Trata-se, claro, de um parecer prévio do **Tribunal de Contas do Estado [TCE]**, mas fato é que fomos reduzindo cada vez mais as determinações. Hoje estão zeradas. Isso indica que há um reconhecimento do nosso trabalho, que conjuga a responsabilidade fiscal com a responsabilidade social", disse.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a secretária chamou atenção para a disparada do resultado goiano em relação à média nacional. "Nosso PIB cresceu 6.6% em 2022 contra pouco mais de 2% a nível Brasil. **Goiás**, hoje, puxa o crescimento do País. Todos os números divulgados são extremamente favoráveis ao estado. **Goiás** também mantém foco especial nos mais vulneráveis. A despesa empenhada pelo Protego, por exemplo, é 706% superior aos valores de 2018".

Por fim, Peres lembrou que o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 está em fase de elaboração e conta com a participação de todos os estados brasileiros. "Estamos

em fase de consulta pública. A construção do PPA é feita de forma colaborativa com as demais secretarias. Isso inclui todas as nossas pastas e a participação da sociedade civil. Queríamos pedir a **Alego** que contribua com a divulgação da participação social do PPA também", pontuou.

Após a apresentação da secretária, os deputados da **Alego** puderam fazer colocações sobre o relatório quadrimestral. O presidente da Comissão de Finanças, Renato de Castro (UB) ponderou que o Estado tem se preocupado com a responsabilidade fiscal na gestão das contas públicas.

O deputado Antônio Gomide (PT) parabenizou Peres pela sensação de continuidade e equilíbrio com o os resultados e discursos apresentados pela secretária anterior, Cristiane Schmidt. Em seguida, questionou sobre o pagamento da data base dos servidores públicos relativa aos anos de 2019, 2020 e 21 e defendeu a importância da maior destinação de recursos à Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Além de elogiar os resultados e a gestão de Ronaldo Caiado, Gugu Nader (Agir) pediu que fosse considerada a possibilidade de um Programa de Recuperação Fiscal (Refis) voltado aos empresários de pequeno e médio porte e aos microempreendedores individuais (MEI).

A deputada Dra. Zeli (UB) parabenizou Caiado, em especial pelo equilíbrio entre responsabilidade fiscal e gastos em prol da sociedade. Por fim, Bia de Lima (PT) falou sobre a necessidade de que as demandas dos servidores públicos, em especial no que diz respeito à data base e às carreiras na Educação, sejam resolvidas.

PPA

Conforme mostrado pela Agência Assembleia de Notícias, a Plenária Estadual para a discussão do Plano Plurianual Participativo (PPA) 2024-2027 chegará a **Goiás** na próxima sexta-feira, 16. O evento, que percorre as 27 capitais do país para ouvir a sociedade acerca do planejamento econômico e orçamentário dos próximos anos, será sediado no Anfiteatro Municipal Cantor Leandro, situado no Residencial Village Garavelo, em Aparecida de **Goiânia**.

A reunião contará com a participação de integrantes do Ministério do Planejamento e Orçamento responsáveis pela apresentação dos dados e recolhimento das sugestões. A abertura do encontro será às 18h.

As plenárias tiveram início no dia 11 de maio, no

estado da Bahia. Na ocasião foi lançado também um sistema eletrônico que receberá contribuições do que é considerado prioritário em cada região. A Plataforma Brasil Participativo irá receber contribuições até a última plenária.

O Plano Plurianual Participativo é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos. Ele se inicia no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor.

A elaboração do PPA começa a partir de um projeto de lei proposto pelo Poder Executivo, que deve ser submetido ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do primeiro ano de mandato do presidente. O novo Plano é então avaliado e votado pelos congressistas para, em seguida, ser devolvido ainda no mesmo ano para sanção do presidente. Durante sua vigência, o PPA norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Constituição Federal determina também que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais sejam elaborados em consonância com o PPA.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/134030/prestacao-de-contas-do-governo>

Atricon disponibiliza publicação sobre conselhos sociais de educação

A publicação *Gestão Democrática na Educação: um guia prático para o aperfeiçoamento das ações de acompanhamento e fiscalização realizadas pelos conselhos sociais de educação* está disponível de forma gratuita no site da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na seção Publicações. O guia tem como autores o **conselheiro** Fabrício Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCM-GO), e Leomir Ferreira de Araújo, coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A obra é elaborada a partir de experiências profissionais na operacionalização e fiscalização do novo Fundeb e tem como objetivo contribuir com resposta para questões sobre o acompanhamento e a aplicação de recursos direcionados à educação no Brasil. O estudo coloca em destaque, com linguagem acessível, a relevância dos conselhos sociais, servindo como orientador para a criação, funcionamento e fiscalização do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar e do Conselho Municipal de Educação.

A publicação foi lançada durante o 5º **Simpósio Nacional de Educação (Sined)**, que ocorreu entre os dias 10 e 12 de maio, em **Goiânia**, na sede do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, e tem como público-alvo gestores e fiscais de contratos de secretarias de Educação, equipes técnicas de assessoramento de secretarias de Educação, procuradores jurídicos, advogados, profissionais de controle interno, diretores, gestores, dirigentes e demais agentes públicos envolvidos no processamento das licitações e contratações públicas para a Educação, auditores de controle externo, membros do Ministério Público e agentes políticos militantes em prol da educação básica pública.

Texto: Bruno Balduino

Ilustração: Anderson de Castro

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699 / 3228-2899

E-mail: imprensa@[tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

Site: <https://portal.tce.go.gov.br/-/atrimon-disponibiliza-publicacao-sobre-conselhos-sociais-de-educacao>

Cartilha orienta critérios para portais da transparência de órgãos públicos

Já está disponível a cartilha produzida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para o ciclo 2023, com orientações para cidadãos, gestores públicos e órgãos de controle para um modelo mais completo de Portal da Transparência, alinhado com a legislação e com os critérios utilizados em processos de fiscalização. O guia, denominado Acesso à Informação na Prática, é parte da estratégia de divulgação do Programa Nacional de Transparência Pública e do portal na internet Radar da Transparência Pública.

A cartilha da Atricon disponibiliza um referencial para que os tribunais de contas, de modo uniforme em todo o país, aprimorem a sua transparência e fiscalizem o cumprimento dessas regras pelos jurisdicionados. E, ainda, oferecer subsídios para que a sociedade amplie a sua percepção sobre as regras e critérios de transparência e estimular a sua participação e controle social.

As iniciativas são inspiradas em ações dos tribunais de contas da União (TCU), do Mato Grosso (**TCE-MT**), do Rio Grande do Sul (**TCE-RS**) e Paraná (**TCE-PR**). O **TCE de Goiás** já tem um grupo de trabalho instituído para garantir que seu portal da transparência atenda aos critérios definidos pela Atricon, conforme definido da Portaria nº 451/2023, da Presidência, publicada no Diário Eletrônico de Contas de 1º de junho.

Clique no link para acessar a cartilha Acesso à Informação na Prática, ciclo 2023: <https://bit.ly/3CuY37t> .

Leia também: Grupo de trabalho vai aprimorar Portal da Transparência do **TCE-GO**

Texto: Alexandre Alfaix; Ilustração: Anna Beatriz Vaz - estagiária do Convênio **TCE-GO/UFG/IEL**

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699 / 3228-2899

E-mail: imprensa@tce.go.gov.br

Site: <https://portal.tce.go.gov.br/-/cartilha-orienta-criterios-para-portais-da-transparencia-de-orgaos-publicos>

Governo de Goiás apresenta balanço do quadrimestre na Alego

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da **Economia**, apresentou nesta quarta-feira (14/06), a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2023 do Estado, na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**. Os dados das metas e dos relatórios fiscais foram repassados pela secretária da **Economia**, Selene Peres Peres Nunes e já foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência. A audiência é uma exigência legal, sendo apresentada a cada quadrimestre aos deputados que integram a Comissão.

No período de janeiro a abril deste ano, o resultado orçamentário foi positivo, chegando a R\$ 1,528 bilhões. A secretária destacou que as perdas previstas do ICMS para o exercício de 2023 serão na ordem de R\$ 4,66 bilhões, devido à Lei Complementar nº 194/2022, que reduziu as alíquotas dos impostos dos combustíveis, energia elétrica e comunicação. Na audiência pública, foi explicado que, apesar da queda de receita imposta pela legislação federal, o Estado vai cumprir as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), como as dos Resultados Primário e Nominal.

Os investimentos da atual gestão estadual na Saúde (15,09%) e na Educação (25,22%) foram confirmados nos resultados apresentados, uma vez que a execução da despesa até o momento já permite prever que serão cumpridos os mínimos constitucionais nas duas áreas em 2023.

Dívida Pública

O Estado está dentro dos limites da Despesa Total de Pessoal (41,12% da RCL) e da Dívida Consolidada Líquida (30,18% da RCL). Destaca-se que o pagamento da dívida pública suspensa pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) se inicia em 2023 (11,11% de pagamento da dívida suspensa, conforme cronograma).

Contas de 2022

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** aprovou, sem ressalvas ou determinações, as contas do governador **Ronaldo Caiado** referentes ao ano de 2022, mantendo a trajetória de melhoria na avaliação das contas.

"Tivemos um progresso significativo na avaliação das contas pelo **TCE**. Nos empenhamos para cumprir todas as recomendações. Conseguimos aprovação sem ressalvas desde 2019 e gradualmente reduzimos o número de determinações até zerar", avaliou Selene Peres.

O Superintendente Central de Contabilidade e Contador-Geral do Estado, Ricardo Rezende, destacou: "A evolução da qualidade da informação contábil e fiscal do Estado de **Goiás**, atestada pelo **TCE** na aprovação da contas sem ressalvas e pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde **Goiás** é Nota A, demonstra que o Estado divulga informações seguras e fidedignas para a sociedade, seus gestores e controle externo".

Social

Foram apresentados ainda, os resultados positivos das políticas públicas voltadas para os mais vulneráveis, por meio do Fundo Protege. Está prevista a aplicação de mais de R\$ 2 bilhões para o exercício de 2023, representando um aumento de 706% em comparação com 2018.

Selene avaliou que o equilíbrio fiscal possibilitou o aumento dos gastos do atual governo com políticas sociais que beneficiam os mais pobres. "Além da melhora nas condições econômicas e fiscais, o Estado tem se empenhado no atendimento de programas sociais, o que se refletiu nos indicadores. Os programas sociais de **Goiás** foram capazes de reduzir a extrema pobreza em 23%", afirmou.

PPA 2024-2027

A Secretária Selene Peres também enfatizou o trabalho de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e ressaltou a importância da participação social. "Estamos elaborando o PPA 2024-2027, que atualmente está em consulta pública. A construção do Plano Plurianual está sendo realizada de forma colaborativa, envolvendo diversas secretarias e órgãos do Governo do Estado, além da sociedade civil", afirmou.

Com o intuito de realizar um trabalho colaborativo, todos podem contribuir com o formulário online,

disponível em consulta pública até 30 de junho de 2023 (acesse <https://ppa.go.gov.br/participe-do-ppa/>).

Fotos: **Economia**

Site: <https://365news.com.br/governo-de-goias-apresenta-balanco-do-quadrimestre-na-alego/>

Governo de Goiás apresenta balanço do quadrimestre na Assembleia Legislativa

A Redação

Goiânia - O Governo de **Goiás**, por meio da Secretária de Estado da **Economia**, apresentou nesta quarta-feira (14/6), a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2023 junto a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**. Os dados das metas e dos relatórios fiscais foram repassados pela secretária da **Economia**, Selene Peres Nunes e já estão publicados no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência. A audiência é uma exigência legal, sendo apresentada a cada quadrimestre aos deputados que integram a Comissão.

No período de janeiro a abril deste ano, o resultado orçamentário foi positivo, chegando a R\$ 1,528 bilhões. A secretária destacou que as perdas previstas do ICMS para o exercício de 2023 serão na ordem de R\$ 4,66 bilhões, devido à Lei Complementar nº 194/2022, que reduziu as alíquotas dos impostos dos combustíveis, energia elétrica e comunicação. Na audiência pública, foi explicado que, apesar da queda de receita imposta pela legislação federal, o Estado vai cumprir as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), como as dos Resultados Primário e Nominal.

Os investimentos da atual gestão estadual na Saúde (15,09%) e na Educação (25,22%) foram confirmados nos resultados apresentados, uma vez que a execução da despesa até o momento já permite prever que serão cumpridos os mínimos constitucionais nas duas áreas em 2023.

Dívida Pública

O Estado está dentro dos limites da Despesa Total de Pessoal (41,12% da RCL) e da Dívida Consolidada Líquida (30,18% da RCL). Destaca-se que o pagamento da dívida pública suspensa pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) se inicia em 2023 (11,11% de pagamento da dívida suspensa, conforme cronograma).

Contas de 2022

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** aprovou, sem ressalvas ou determinações, as contas do governador **Ronaldo Caiado** referentes ao ano de

2022, mantendo a trajetória de melhoria na avaliação das contas.

Tivemos um progresso significativo na avaliação das contas pelo **TCE**. Nos empenhamos para cumprir todas as recomendações. Conseguimos aprovação sem ressalvas desde 2019 e gradualmente reduzimos o número de determinações até zerar", avaliou Selene Peres.

O Superintendente Central de Contabilidade e Contador-Geral do Estado, Ricardo Rezende, destacou: "A evolução da qualidade da informação contábil e fiscal do Estado de **Goiás**, atestada pelo **TCE** na aprovação da contas sem ressalvas e pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde **Goiás** é Nota A, demonstra que o Estado divulga informações seguras e fidedignas para a sociedade, seus gestores e controle externo".

Social

Foram apresentados ainda, os resultados positivos das políticas públicas voltadas para os mais vulneráveis, por meio do Fundo Protege. Está prevista a aplicação de mais de R\$ 2 bilhões para o exercício de 2023, representando um aumento de 706% em comparação com 2018.

Selene avaliou que o equilíbrio fiscal possibilitou o aumento dos gastos do atual governo com políticas sociais que beneficiam os mais pobres. Além da melhora nas condições econômicas e fiscais, o Estado tem se empenhado no atendimento de programas sociais, o que se refletiu nos indicadores. Os programas sociais de **Goiás** foram capazes de reduzir a extrema pobreza em 23% , afirmou.

PPA 2024-2027

A Secretária Selene Peres também enfatizou o trabalho de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e ressaltou a importância da participação social. Estamos elaborando o PPA 2024-2027, que atualmente está em consulta pública. A construção do Plano Plurianual está sendo realizada de forma colaborativa, envolvendo diversas secretarias e órgãos do Governo do Estado, além da sociedade civil , afirmou. .

Site:

**[https://www.aredacao.com.br/noticias/189529/governo-de-goias-apresenta-balanco-do-quadrimestre-na-
assembleia-legislativa](https://www.aredacao.com.br/noticias/189529/governo-de-goias-apresenta-balanco-do-quadrimestre-na-assembleia-legislativa)**

Diretoria de Comunicação do TCE-GO abre processo seletivo para estágio.

A Diretoria de Comunicação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** abriu processo para seleção de novos estagiários. Serão preenchidas duas vagas para direção de arte, voltadas a estudantes dos cursos de Publicidade ou Design Gráfico, e uma vaga para social media, destinada a graduandos de Jornalismo ou Publicidade. A bolsa de estágio é de R\$ 1.320,00, incluindo auxílio transporte, com carga horária de 25 horas semanais (de segunda a sexta-feira), em turno matutino ou vespertino.

Os interessados devem encaminhar currículo, portfólio e histórico acadêmico ao e-mail imprensa@tce.go.gov.br, devendo escrever no assunto do e-mail "Seleção de Estágio" e vaga de interesse: "social media" ou "direção de arte". As inscrições serão aceitas até 22 de junho de 2023.

Publicado em 14/06/2023

Site: <http://goiasemcena.com.br/diretoria-de-comunicacao-do-tce-go-abre-processo-seletivo-para-estagio/>

Promotora fala sobre ações do MPGO no combate aos crimes ambientais em relação aos recursos hídricos no Tribunal de Contas do Estado

A promotora de Justiça Marta Moriya Loyola, titular da 2ª Promotoria de Senador Canedo, foi uma das palestrantes do evento Diálogo Público Recursos Hídricos: cuidar para não faltar, que aconteceu nesta quarta-feira (14/6) na sede do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. Representando a coordenadora da Área do Meio Ambiente e Consumidor do Centro de Apoio Operacional do MPGO, Daniela Haun, Marta Loyola falou aos presentes sobre as ações da instituição no combate aos crimes ambientais em relação aos recursos hídricos. O tema esteve presente em todos os painéis apresentados, com o objetivo de promover um debate com a sociedade civil e órgãos públicos ligados à questão ambiental.

A abertura do evento foi feita pelo presidente do **TCE**, Saulo Mesquita, e contou ainda com exposições de Roberta Tibiriçá e Valter Mário, da equipe de fiscalização do **TCE-GO**, que avaliaram a crise hídrica no Estado. O presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, falou sobre as ações desenvolvidas pela companhia para minimizar o risco de desabastecimento em períodos de seca. Já o advogado Ênio Salviano da Costa, representante da sociedade civil, abordou em sua fala os impactos da crise hídrica para o cidadão. Também participaram das exposições o subsecretário de biodiversidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Jorge Enoch; o delegado de Meio Ambiente Luziano de Carvalho e o geógrafo Elizon Dias Nunes. (Texto: Mariani Ribeiro/ Assessoria de Comunicação Social do MPGO)

Site: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/promotora-fala-sobre-acoes-do-mpgo-no-combate-aos-crimes-ambientais-em-relacao-aos-recursos-hidricos-no-tribunal-de-contas-do-estado>